

S/A CORREIO BRAZILIENSE

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da S/A CORREIO BRAZILIENSE (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: S/A CORREIO BRAZILIENSE
- CNPJ/MF: 00.001.172/0001-80
- Atividades: (i) A edição de jornais, livros e revistas; (ii) Exploração, mediante concessão, permissão e/ou autorização do Poder Executivo Federal, de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; (iii) A divulgação de atividades educacionais, esportivas, culturais e artísticas, podendo, subsidiariamente, explorar a propaganda comercial nos meios impresso, de rádio e televisão, mídia eletrônica, tudo dentro dos limites fixados pela lei; (iv) A exploração de serviços noticiosos mediante a coleta de notícias e informações através de repórteres e correspondentes, redação e transmissão para outros órgãos de imprensa de outras sociedades, mediante venda para todo o país; (v) A participação no capital de outras sociedades, mesmo que não haja coincidência de objeto social, mediante aplicação de recursos próprios, de terceiros ou de incentivos; (vi) A exploração de serviços gráficos, venda de formulários e impressos em geral, inclusive revistas, livros, jornais e outros periódicos, e; (vii) Pesquisas de mercado e de opinião pública, por conta própria ou de terceiros.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 12/05/2016
- Data de Vencimento: 25/05/2021
- Banco Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN: CRBZ11/ BRCRBZDBS002

- Coordenador Líder: BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados à reestruturação operacional e financeira da Emissora, visando o desenvolvimento das atividades constantes do objeto social da Emissora, descritos no item 2.2. da Escritura de Emissão e no item “Características da Emissão” acima.

A destinação dos recursos captados com a emissão será realizada de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- (i) Pagamento e/ou reembolso das despesas da Emissão, tais como taxas e emolumentos referentes aos registros dos documentos relativos à emissão e à constituição da Garantia;
- (ii) Remuneração e/ou despesas relacionadas ao (i) Coordenador Líder (*fees* de estruturação), (ii) assessores legais da Emissão;
- (iii) Pagamento integral da dívida detida com o BRB Banco de Brasília S.A. (“BRB”), observado o item 2.4. alínea “a” da Escritura de Emissão, desde que a distribuição parcial da Emissora atinja o valor mínimo de R\$ 30.000.000,00; e pagamento parcial da dívida detida com o Banco Mercantil do Brasil (“BMB”)*; e
- (iv) Saldo remanescente da captação deverá ser destinado para pagamentos, integrais e/ou parciais, de demais obrigações da Emissora:
 - a) tributos federais;
 - b) obrigações trabalhistas;
 - c) indenizações trabalhistas cujo fato gerador se dê a partir da Data de Emissão da Debênture.

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 58.22-1-01 - Edição integrada à impressão de jornais diários;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de 0,58 em 2015 para 0,54 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 0,40 em 2015 para 0,44 em 2016;
- Liquidez Seca: de 0,37 em 2015 para 0,42 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,48 em 2015 para 0,33 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 121,2% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve aumento de 103,1% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao

Patrimônio Líquido apresentou aumento de 65,9% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 24,5% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 15,1% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
 - VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 1.000.000,0000
 - ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: IPCA/IBGE
 - REMUNERAÇÃO: 11,00% a.a.
 - PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016): não houve pagamentos no período.
 - POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 52
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 56
5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
 - Resgate: não houve;
 - Amortização: não houve;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: não houve;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) Alienação Fiduciária de Imóvel; e (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IRFS e BR GAAP)	
		2016	2015	2016	2015
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	16.666	4.746	16.694	4.748
Clientes	5	22.206	25.296	22.259	25.349
Estoques	6	2.320	3.292	2.320	3.292
Impostos a Recuperar	7.1	3.538	5.130	5.926	7.608
Despesas Antecipadas		2.212	93	2.224	110
Outros créditos		2.111	991	2.138	1.017
Total do Circulante		49.053	39.548	51.561	42.124
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Partes Relacionadas	8	33.766	44.748	31.899	43.735
Créditos a Receber	9	7.914	10.017	7.914	10.017
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.2	31.746	14.804	32.280	15.338
Depósitos Judiciais	10	4.339	4.262	4.400	4.314
Outros créditos		453	453	453	453
Subtotal		78.218	74.284	76.946	73.857
INVESTIMENTOS	11	28.188	28.529	23.628	23.300
IMOBILIZADO, LÍQUIDO	12	118.057	123.392	124.225	129.931
INTANGÍVEL, LÍQUIDO	13	185	179	206	202
Total do Não Circulante		224.648	226.384	225.005	227.290
TOTAL DO ATIVO		273.701	265.932	276.566	269.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IRFS e BR GAAP)	
		2016	2015	2016	2015
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	14	8.287	22.640	8.623	23.093
Debêntures não Conversíveis	15	10.385	-	10.385	-
Fornecedores	16	15.774	19.161	15.955	19.249
Remuneração e Encargos Sociais	17	52.574	35.910	52.672	36.090
Parcelamentos de Contribuições	19	3.411	2.122	3.810	2.510
Obrigações Fiscais	18	14.205	10.677	14.214	10.685
Comissões a Pagar		492	481	492	481
Dividendos a Pagar		459	459	462	462
Antecipações de Clientes		10.292	11.809	10.292	11.809
Provisão para Riscos Legais	20	1.055	581	1.055	581
		116.934	103.840	117.960	104.960
NÃO CIRCULANTE					
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Empréstimos e Financiamentos	14	20.251	42.489	20.251	42.764
Debêntures não Conversíveis	15	45.500	-	45.500	-
Parcelamentos de Contribuições	19	26.336	23.950	28.076	25.939
Partes Relacionadas	8	-	2.590	99	2.688
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.2	22.101	22.453	22.101	22.453
Provisão para Riscos Legais	20	2.102	1.030	2.102	1.030
		116.290	92.512	118.129	94.874
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	21	31.700	31.700	31.700	31.700
Reserva Legal		308	308	308	308
Reserva de Lucros		5.955	5.955	5.955	5.955
Reserva de Ágio		21.001	21.001	21.001	21.001
Reserva Especial de Lucros		1.236	1.236	1.236	1.236
Ajuste de Avaliação Patrimonial		43.755	44.438	43.755	44.438
Prejuízos Acumulados		(63.478)	(35.058)	(63.478)	(35.058)
		40.477	69.580	40.477	69.580
Participação de Não-Controladores		-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido		40.477	69.580	40.477	69.580
TOTAL DO PASSIVO		273.701	265.932	276.566	269.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)**

Descrição	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IRFS e BR GAAP)	
		2016	2015	2016	2015
Receita Operacional Líquida		91.532	129.697	91.532	129.727
Custo das Vendas	23	(55.041)	(55.134)	(55.203)	(55.503)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		36.491	74.563	36.329	74.224
Receitas (Despesas) Operacionais					
Comerciais	24	(30.653)	(33.954)	(30.653)	(33.954)
Administrativas	25	(24.448)	(25.931)	(24.767)	(26.283)
Equivalência Patrimonial		(341)	(1.594)	328	(542)
Outros Resultados Operacionais	26	(5.665)	(612)	(5.543)	(520)
		(61.107)	(62.091)	(60.635)	(61.299)
RESULTADO OPERACIONAL		(24.616)	12.472	(24.306)	12.925
Resultado Financeiro	27				
Receitas Financeiras		1.015	787	1.112	817
Despesas Financeiras		(22.796)	(22.774)	(23.203)	(23.799)
		(21.781)	(21.987)	(22.091)	(22.982)
Resultado do Exercício Antes dos Tributos		(46.397)	(9.515)	(46.397)	(10.057)
Imposto de Renda e Contr. Social-Corrente	28	352	359	352	359
Imposto de Renda e Contr. Social-Diferido	28.a	14.295	2.368	14.295	2.910
Resultado Líquido do Exercício		(31.750)	(6.788)	(31.750)	(6.788)
Quantidade de ações (lote de mil ações)		31.700	31.700	31.700	31.700
Resultado p/ação do Capital Social - R\$		(1,0016)	(0,2141)	(1,0016)	(0,2141)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PAR 17/049

Aos Acionistas e Administradores da
S/A CORREIO BRAZILIENSE
Brasília – DF

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **S/A CORREIO BRAZILIENSE** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **S/A CORREIO BRAZILIENSE** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalvas

- I. As demonstrações financeiras da controlada D.A. Logística S/A e da controlada em conjunto Rádio e Televisão CV Ltda., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram por nós auditadas. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores de R\$ 5.618 mil e R\$ 22.531 mil, representativos do investimento na controlada D.A. Logística S/A e da controlada em conjunto Rádio e Televisão CV Ltda., respectivamente, bem como do respectivo resultado líquido negativo de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 341 mil (R\$ 328 mil positivo da Rádio e Televisão CV Ltda. e R\$ 669 mil negativo da D.A. Logística S/A) e do valor das transações realizadas pelas referidas controlada e controlada em conjunto, apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, correspondentes ao exercício findo naquela data.
- II. Conforme descrito na nota explicativa 20.b, a Companhia, em 21 de fevereiro de 2013, foi autuada pela Receita Federal do Brasil – RFB por discordar da compensação dos possíveis créditos, efetuada antes do trânsito em julgado da ação que discute o direito à compensação de contribuições previdenciárias que entende ter recolhido indevidamente sobre determinadas verbas salariais. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, apresentou defesa, dentro do prazo recursal, que atualmente está em julgamento pela Câmara do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Consequentemente, não temos elementos para avaliar os eventuais efeitos decorrentes do resultado desta autuação.

- III. Conforme a nota explicativa número 7.2, a Companhia registrou, no exercício de 2016, ativo fiscal diferido apurado sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R\$ 14.295 mil, amparado por projeções de lucros tributáveis futuros, conforme previsto na NBC TG 32. Contudo, os resultados projetados pela administração para os últimos 3 exercícios sociais não foram atingidos, o que suscita incertezas quanto à capacidade de geração de lucro futuro tributável por parte da Companhia. Dessa forma, não nos foi praticável concluir sobre a realização deste ativo. Adicionalmente, não foi considerado, nas referidas projeções, o cálculo do ajuste a valor presente destes créditos, que resultaria, com base nas premissas de realização utilizadas pela Companhia, na redução do valor registrado no exercício de 2016 em R\$ 344 mil. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2016, o ativo, patrimônio líquido e o resultado do exercício estão a maior neste montante.
- IV. A Companhia possui débitos fiscais das competências de dezembro/2013 a dezembro/2016, cujos valores registrados correspondem apenas ao principal. Estimamos encargos (multa e juros) não contabilizados, no montante de R\$ 22.530 mil, sendo R\$ 10.396 mil relativos a exercícios anteriores e R\$ 12.134 mil relativos ao exercício de 2016. Conseqüentemente, o passivo e o patrimônio líquido estão a menor e a maior, respectivamente, em R\$ 22.530 mil, e o resultado do exercício a maior em R\$ 12.134 mil em 31 de dezembro de 2016.
- V. A Companhia alienou, no final do exercício de 2015, parte do seu acervo fotográfico para a Veleiros Investimentos e Participações S.A., empresa pertencente ao Grupo Econômico dos Diários Associados, pelo montante de R\$ 27.000 mil, tendo sido apurado PIS e COFINS sobre esta receita com base no regime da cumulatividade. Contudo, a referida receita deveria ter sido enquadrada no regime não cumulativo, o que resultaria em alíquotas diferentes daquelas utilizadas pela Companhia e, conseqüentemente, no recolhimento adicional do valor atualizado de, aproximadamente, R\$ 2.014 mil. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016, o passivo está registrado a menor, bem como, o resultado e o patrimônio líquido a maior neste montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As operações da Companhia apresentaram prejuízo e excesso de passivos sobre ativos circulantes, bem como endividamento crescente em 31 de dezembro de 2016, que indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Conforme comentado na nota explicativa número 1, a administração, considerando seu plano de reestruturação financeira e operacional, adotou medidas que permitiram a redução e reestruturação de suas dívidas e a adequação de sua estrutura organizacional, bem como vem buscando a retomada do crescimento de suas receitas, por meio da exploração de novos negócios, com o objetivo de restabelecer e

melhorar seu equilíbrio econômico-financeiro. Nesse contexto, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o êxito do planejamento e a continuidade normal das operações da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Ênfase – adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT)

Chamamos a atenção para a nota explicativa número 7.b, na qual a Companhia informa sua intenção de aderir ao Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela Medida Provisória 766/2017, por meio da qual será possível utilizar o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, constituídos até 31/12/2015, correspondentes ao montante de R\$ 17.451 mil, para compensar os tributos devidos no âmbito da Receita Federal do Brasil. A efetiva compensação destes valores depende de homologação por parte da autoridade fiscal. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme os assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, que tratam de limitações sobre os saldos contábeis de investimentos em outras empresas e sobre o reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2016, bem como sobre os eventuais efeitos decorrentes do não reconhecimento de multas, juros e obrigações fiscais no resultado do exercício de 2016, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esses assuntos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

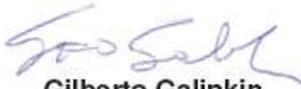
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2017.



Gilberto Galinkin
Contador CRC/MG 35718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1



Josias Oliveira Barros Neto
Contador CRC/DF 009386/O-1
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1